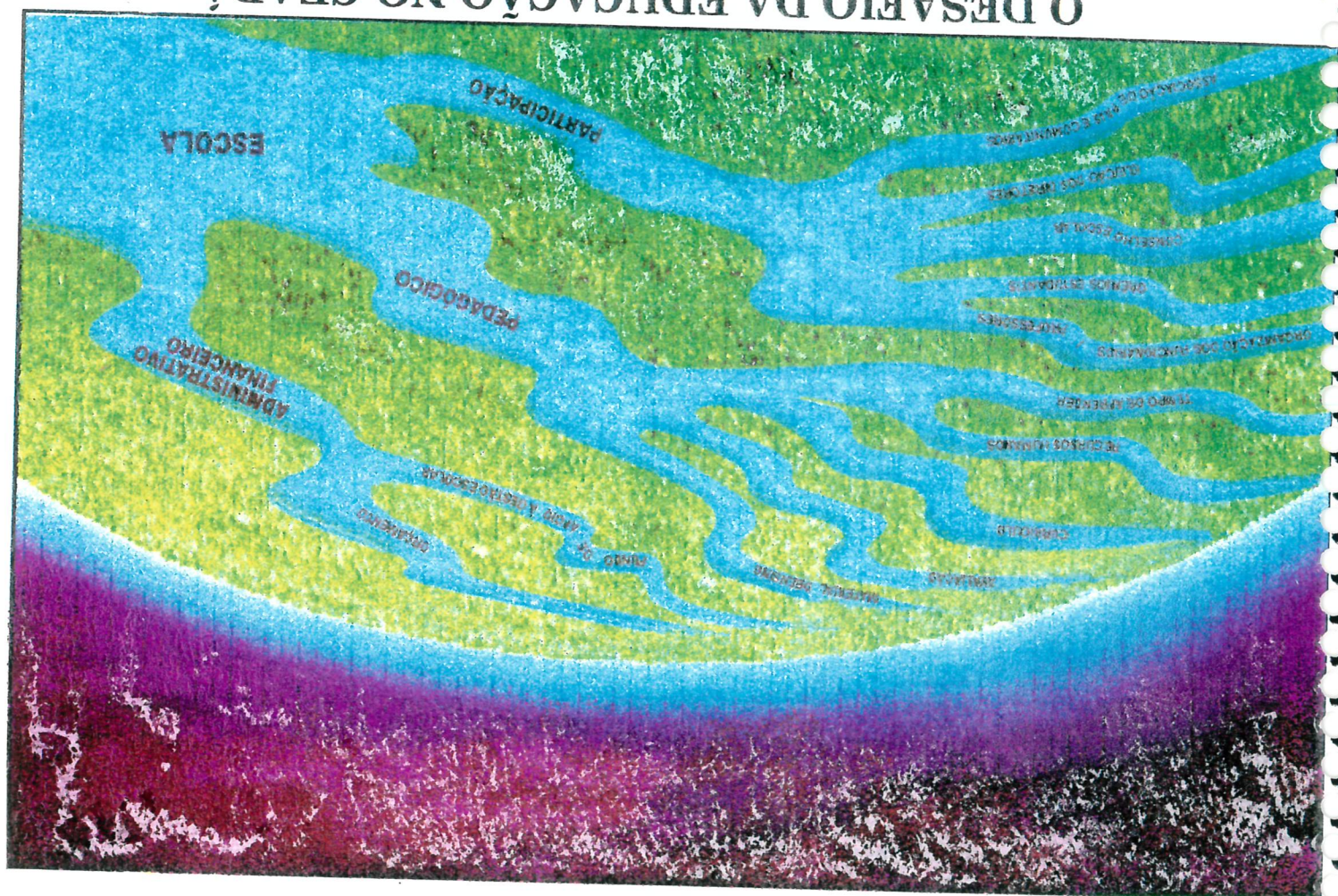


1998

MENSAGEM

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ



TODOS PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA



SUMÁRIO

1. Apresentação,	2
2. Destaques da Educação Básica no Ceará,	6
2.1. Mobilização Social,	8
2.2. Democratização da Gestão Educacional,	13
2.3. Descentralização Administrativa,	23
3. Estrutura do Plano de Educação 95/98, por Vertentes, Vetores e Projetos,	28
4. Conquistas e Desafios,	29
5. Considerações Finais,	42
6. Anexos,	43
I. Quadro 1- Matrícula Inicial por Níveis e Modalidades de Ensino – 1996/97,	44
II. Quadro 2. Comparativo de Matrícula Inicial, por Grau e Modalidade de Ensino e Dependência Administrativa – 1996/97,	45
III. Quadro 3. Matrícula Inicial por Níveis e Modalidades de Ensino, segundo a Dependência Administrativa – 1996/97,	46
IV. Gráfico – Matrícula Inicial por Níveis e Modalidades de Ensino – 1996/97,	47
V. Quadro 4 - Capacitação de Recursos Humanos – 1997,	48
VI. Quadro 5 – Concurso Único para Magistério Público/Candidatos Inscritos por CREDE,	51
VII. Quadro 6 - Rede Física Escolar – 1997,	52
VIII. Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação do Estado do Ceará – Área de Abrangência de cada CREDE,	53
IX. Programação Financeira,	55
7. Fonte,	57

A Educação foi marcada, no ano de 1997, pelos impactos positivos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996) e pela Lei Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF- Lei 9424 de dezembro de 1996), que trouxeram o suporte legal necessário para que estado e municípios iniciassem um processo de investimento no ensino fundamental no Ceará.

A Educação foi marcada, no ano de 1997, pelos impactos positivos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996) e pela Lei Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF- Lei 9424 de dezembro de 1996), que trouxeram o suporte legal necessário para que estado e municípios iniciassem um processo de investimento no ensino fundamental no Ceará.

definição e coordenação da Educação Básica no Estado, ofereceu à sociedade cearense momentos de reflexão sobre as novas políticas educacionais em curso, tendo promovido a discussão das repercussões geradas pela nova LDB e FUNDEF, bem como as diretrizes para os Planos de Cargos e Carreira do Magistério, e a proposição de metas para elaboração do Plano Nacional de Educação. Mobilizou prefeitos, secretários de educação, juizes, promotores, comunicadores, professores líderes comunitários, pais e alunos, em diversos eventos dentre os quais: Encontros

definição e coordenação da Educação Básica no Estado, ofereceu à sociedade cearense momentos de reflexão sobre as novas políticas educacionais em curso, tendo promovido a discussão das repercussões geradas pela nova LDB e FUNDEF, bem como as diretrizes para os Planos de Cargos e Carreira do Magistério, e a proposição de metas para elaboração do Plano Nacional de Educação. Mobilizou prefeitos, secretários de educação, juizes, promotores, comunicadores, professores líderes comunitários, pais e alunos, em diversos eventos dentro os quais: Encontros Regionais de Educação, o Programa de Apoio aos Secretários Municipais (PRASEM) e o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação e Prefeituras – (PRASEMPRE). Com a adoção da descentralização e Planejamento Educacional foi desenvolvido, também, o I Encontro para Elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Educação (PRDE) do Baixo Acaraú, como projeto piloto a ser desenvolvido em outras regiões, dentre as quais: Complexo Portuário do Pecém, Castanhão, Cariri, Baturité e Horizonte, que orientarão a capacitação dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e Secretarias Municipais de Educação (SME) em orçamento e planejamento educacional.

destas medidas. As matrículas municipais cresceram 23% na educação infantil, 19,4% no ensino fundamental, 23,3% no ensino médio e 115% na educação de jovens e adultos. A rede estadual apresentou decréscimo de 22,3% na educação infantil e um crescimento de 1,7% no ensino fundamental, 22,8% no ensino médio e 28,3% na educação de jovens e adultos. Estes dados que se traduzem em um

aumento de 12,3% no ensino básico da rede pública e 6,3% no total geral, indicam que começa acontecer o ajuste progressivo da oferta de ensino entre estado e município, segundo o que preceitua a LDB (Arts. 10 e 11)

Ao se fazer a análise destes indicadores que apontam para universalização do ensino fundamental, têm-se a certeza de que é preciso avançar em programas de qualidade na educação a partir da implantação de inovações educacionais como os ciclos de aprendizagem, as classes de aceleração e a implantação de políticas educacionais, como a municipalização da educação infantil, a assunção do ensino médio pelo Estado e a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos. Poderíamos acrescentar a regulamentação de extensão do ensino fundamental à crianças de 6 anos como uma medida pioneira e de grande impacto social e educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu Artigo 1º que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Em consonância com a referida Lei, a SEDUC enquanto instância de coordenação da Política de Educação Básica do Estado, indica como principal caminho para a educação de qualidade a articulação de suas ações, em torno das seguintes áreas de atuação: técnico-pedagógico, participação e gestão. Ressalte-se que a atual política educacional do governo estadual tem a escola como ponto de partida, a partir da qual deve ser iniciado o processo da melhoria da qualidade do ensino. As condições para que a escola possa ser o centro deste processo estão relacionadas a sua autonomia e descentralização.

Nesse sentido, a SEDUC, que hoje atua em três áreas fins: Desenvolvimento Técnico – Pedagógico, Articulação e Gestão Educacional, Planejamento e Política Educacional, exerce importante papel no processo de planejamento, execução e avaliação das atividades, influenciando nos resultados das ações que visam a melhoria da qualidade do ensino. Destaque-se que 1997 foi o ano de implantação dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, aos quais é reservado um novo papel de articulação e cooperação entre os municípios.

A iniciativa, de inovar a gestão democrática com a eleição direta de diretores escolares estaduais em 1995, deve ser ampliada a toda rede pública de ensino do Ceará. A implantação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola

– FADÉ, em 382 escolas instituídas como unidades orgamëntárias, favorece a uma **gestão colegiada**, intensificada com a implantação e implementação dos conselhos escolares, em 1997. Destaque-se, ainda, a autonomia da decisão da escola quanto ao seu projeto pedagógico, produzido coletivamente, a partir de suas necessidades e características, como pode ser verificado no **Projeto Escola Viva**.

A descentralização da gestão educacional teve continuidade com a articulação de parcerias e o desenvolvimento de ações de **cooperação técnica e financeira** com os municípios, viabilizando o **regime de colaboração**. Este processo, deflagrado em 1995, através da municipalização do ensino fundamental em seis (06) municípios, se constitui numa das mais importantes estratégias definidas pela SEDUC para a universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, fato comprovado a partir da avaliação do processo realizada naqueles municípios.

A ampliação da municipalização do ensino fundamental, em 1997, ocorreu com a celebração de convênios com 118 dos 124 municípios que aderiram ao Concurso Único para o Magistério Público, e se intensificará em 1998 com a implantação do FUNDEF que permitirá a melhoria da prática docente, através de uma melhor remuneração e condições de trabalho, e consequentemente do ensino oferecido em todos os municípios do Estado.

Um dos maiores desafios para a democratização da educação de qualidade é a correção dos descompassos entre as redes estadual e municipal, nas áreas pedagógicas e de planejamento educacional. Do elenco das ações que foram implementadas nesse sentido, vale ressaltar a celebração do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Estado do Ceará e o Município de Fortaleza, objetivando a adoção do planejamento unificado da rede escolar de modo a ajustar a oferta e a demanda, tendo em vista garantir, na capital do Estado: 1) o acesso de todas as crianças de 7 a 14 anos à escola, em 1998; 2) a organização de uma rede única de escolas públicas.

A política de equalização dos serviços públicos de educação via fortalecimento dos sistemas municipais de ensino está sendo reforçada com regulamentação do regime de colaboração entre Estado/município, processo esse que envolve a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Associação Cearense de Prefeituras (ACEPRE) e o Conselho de Educação do Ceará (CEC). Nesse sentido encontram-se em discussão e em elaboração documentos e regulamentações sobre o sistema de cooperação entre as duas esferas do Poder Público.

Outro instrumento utilizado para a busca da equidade na oferta do ensino público e na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, é a implantação dos padrões mínimos de funcionamento das escolas, entendidos como um conjunto de condições que propiciem o acesso, a permanência e o sucesso escolar de forma a garantir um serviço educacional de qualidade.

Além do prosseguimento dessas ações, e em parceria com os municípios e o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), e outras Secretarias do Estado (Saúde e Ação Social) vem reforçando as estratégias de apoio aos programas específicos para expansão da matrícula e eliminação do déficit no atendimento, como o **Censo Educacional Comunitário, o Tempo de Aprender, o Projeto Criança Fora da Rua dentro da Escola** que tem promovido mudanças importantes, criando as condições favoráveis que viabilizam o cumprimento da meta de universalização do ensino fundamental. Por estas iniciativas, foi conferido ao Ceará, pelo UNICEF, em 1996, o prêmio "Criança e Paz" devido ao caráter inovador do projeto educacional em andamento no Estado.

O Estado do Ceará mostra que o esforço empreendido no sentido da universalização do ensino fundamental está surtindo efeitos positivos. Significa que as crianças e adolescentes das camadas mais pobres estão tendo oportunidade deste indispensável componente da cidadania que é a educação escolar. Por outro lado, indica também que novas alternativas devem ser buscadas. A rede escolar necessita ser ampliada. Professores devem ser capacitados. Material de ensino e aprendizagem precisa ser aprimorado. Enfim, é preciso construir uma escola de qualidade capaz de atender aos anseios da sociedade. Isto implica em recursos humanos e financeiros, vontade política e capacidade técnica de enfrentar o desafio da universalização da Educação Básica bem sucedida, incorporando as necessidades de ampliação da educação infantil, educação especial e ensino médio.

O Projeto Todos pela Educação de Qualidade para Todos vê na gestão democrática um caminho fértil para promover o acesso e o sucesso escolar de todas as crianças cearenses, concebida como uma inovação que rompe com paradigmas tradicionais que têm orientado a formulação de políticas educacionais ao longo dos anos, sobretudo através da estratégia da grande reforma educativa, instituídas nas legislações brasileiras. Busca-se, contudo, uma nova ótica de planejamento, voltada para a perspectiva de que a inovação se dá através de um **fazer** e para de que isto ocorra, é preciso que **os que fazem** constituam o palco do cenário educativo. Para isto implica em que a escola se constitua no centro desse **novo fazer** da política educacional.

A importância do trabalho desenvolvido pela escola, como centro de toda ação educativa, está representada na metáfora de um rio onde os afluentes da participação, do pedagógico e do administrativo-financeiro confluem para o leito principal que é a escola. Para alimentar o grande rio, há que se canalizar os três afluentes para escola. Para isso a SEDUC vem trabalhando **estratégias** relacionadas com a autonomia escolar que viabilizem a implementação e o amadurecimento da gestão democrática educacional.

O Projeto Todos pela Educação de Qualidade para Todos busca a construção da gestão democrática, através das seguintes estratégias.

- Envolvimento dos mais amplos segmentos da sociedade cearense no projeto educativo do Estado;
- Desenvolvimento de um novo paradigma de gestão, através da valorização da escola como ponto de partida do projeto pedagógico;
- Descentralização da gestão, através de transferência de encargos administrativos e pedagógicos para as esferas regionais, municipais e escolares;
- Viabilização de um Estado capaz de assumir o papel de coordenador macro da política educacional; e
- Democratização da gestão no interior das instâncias administrativas da educação.

A seguir são destacadas as ações mais significativas de acordo com as grandes estratégias de trabalho adotadas pela Secretaria da Educação Básica:

Mobilização Social Democratização da Gestão Escolar Descentralização Administrativa

O desenvolvimento das ações tem consonância com a política educacional traçada para o Estado do Ceará: tem como princípios fundamentais: a **mobilização social** permanente e extensiva; a **participação efetiva** de todos os segmentos envolvidos no processo; a **parceria** de instituições, órgãos e entidades comprometidas direta ou indiretamente com a Municipalização do Ensino Público; a **democratização do acesso**, a **permanência** e o **sucesso escolar**. Assim, a educação pública resulta num processo de **vontades mobilizadas** de todas as instâncias do Poder Público e de outras forças que a eles se associem neste compromisso.

Este esforço de mobilização reflete-se nos indicadores educacionais.

Numa ação conjunta com a SEDUC, o Ministério Público desempenhou papel relevante junto aos municípios, no sentido de resgatar para o sistema de ensino todas as crianças e adolescentes que a ele não tiveram acesso, ou dele tenham se evadido.

A participação dos 8.500 agentes de saúde, por ocasião do Censo Educacional Comunitário, realizado em 1996 e 1997, para identificação de crianças e adolescentes analfabetos, fora da escola e com defasagem na correlação idade/série, bem como o envolvimento dos diferentes agentes da educação e segmentos da sociedade organizada foram mecanismos de trabalho importante para mudança nos indicadores educacionais, nos últimos dois anos, no Ceará.

Os esforços de mobilização, dentro desse contexto, foram relevantes até mesmo nos municípios que apresentaram indicadores educacionais mais críticos, refletindo,ativamente no crescimento da matrícula do ensino fundamental, entre 96 e 97, no Ceará, extrapolando, assim, a média nacional.

Encontros Regionais

A Secretaria da Educação Básica em conjunto com a SEGOV (Secretaria do Governo do Estado), SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Coordenação) e CEC (Conselho de Educação do Ceará) promoveu 20 Encontros Regionais, com a participação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (com a presença dos Prefeitos, Comissão de Educação Assembleia Legislativa, Universidades, Associações – AMECE, UNDIMÉ, UNICEF, DEMEC, diretores dos CREDE, Secretários Municipais e outras entidades) que tiveram por objetivo geral

divulgar junto ao municípios, o Projeto Educativo, delineado para o Ceará 95/98

"Todos Pela Educação de Qualidade para Todos".

Os Encontros discutiram a repercussão das mudanças decorrentes da Lei 9394 de 20 de dezembro/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Darcy Ribeiro) e da Lei 9424 de dezembro/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

A SEDUC através das realizações desses encontros em cada região administrativa do Estado, visou, também, incrementar as parcerias entre Estado/Município, tendo em vista a implementação de mecanismos para implantação do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) no Estado do Ceará, com planos de carreira, valorização do magistério) e concurso único de ingresso à rede pública de ensino, além de promover ampla mobilização pelo acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes na Escola.

Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM

A Secretaria da Educação Básica participou do Programa, o qual teve como objetivo capacitar os secretários municipais recém empossados na área de legislação e financiamento do sistema público de ensino e em planejamento educacional.

O PRASEM foi desenvolvido em todos Estados do Nordeste em 18 (dezoito) encontros com quatro dias de duração, reunindo cerca de 100 (cem) secretários municipais a cada encontro.

O Evento foi promovido pelo Projeto Nordeste, em parceria com o Banco Mundial, o UNICEF, a UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e as Secretarias Estaduais de Educação.

O Programa contou, em nível do Estado, com a participação dos secretários, técnicos da SEDUC e diretores dos CREDE que expressaram a necessidade de que os prefeitos municipais e secretários de finanças teriam que se apropriar de todas as informações veiculadas durante o evento.

Seminários Regionais para Mobilização e Planejamento do Plano Nacional e Estadual Educação

Na perspectiva de apoiar as prefeituras na área de educação e de ampliar a articulação com os municípios através de uma ampla mobilização para

elaboração de propostas estaduais ao Plano Nacional de Educação, a Secretaria de Educação promoveu 07 (sete) Seminários, como parte do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação e Prefeituras – PRASEMPRE.

Os seminários envolveram todos os municípios sob a jurisdição dos CREDE, contando com a participação de prefeitos, secretários municipais de educação e finanças, diretores dos CREDE, representantes da UNIDIME, AMECE, UNICEF, ACEPRE/APDMCE, comunicadores e técnicos da SEDUC, reunindo um total de 650 participantes.

Encontro para elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação do Baixo Acaraú

O I Encontro para Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Educação do Baixo Acaraú, envolveu os 07 (sete) municípios sob a jurisdição do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação/CREDE, tendo como participantes técnicos do próprio Centro e da SEDUC, promotores de justiça, secretários municipais de educação diretores escolares, professores, estudantes do ensino médio e representantes da comunidade indígena, totalizando 78 participantes.

Durante o encontro foram estabelecidas os principais metas educacionais para a região, considerando os diferentes cenários e diversidades de cada município.

Isto é um projeto piloto a ser desenvolvido em outras regiões. O PRDE (Plano Regional de Desenvolvimento da Educação) orientará os detalhamentos do orçamento. O detalhamento do orçamento orientará a capacitação de CREDE (Centro Regional de Desenvolvimento da Educação) e SME (Secretaria Municipal de Educação) em planejamento.

Encontros como estes deverão acontecer no PECÉM, CASTANHÃO, CARIRI, BATURITE, HORIZONTE.

Censo Educacional Comunitário

Na perspectiva de dimensionar a situação do Ceará em termos de escolarização da população de 6 a 17 anos a Secretaria da Educação Básica realizou no último bimestre de 1995, o Censo Educacional Comunitário em 183 municípios do Ceará, com exceção de Fortaleza, com a colaboração dos 8.000 agentes de saúde.

Mundos de um questionário, os agentes de saúde, distribuídos em todo o interior do Estado, visitaram todas as casas, perguntando quais as pessoas entre 6

e 17 anos eram analfabetas, quais estavam fora da escola e quais não estavam na série adequada.

A Secretaria da Educação Básica detectou com base nos dados aferidos no Censo que cerca de 338.000 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola, correspondente a 24,3% da população nessa faixa etária. As informações coletadas serviram de subsídios para o planejamento das ações dos novos prefeitos, bem como, para uma avaliação do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos

Após a tabulação desses dados, o município ficou com o nome e endereço de todas as crianças e adolescentes que estavam fora da escola possibilitando uma reversão imediata do quadro apresentado.

A iniciativa foi repetida em 1996 com a participação de Fortaleza cujos resultados detectados pelo censo constituíram a base para orientar o projeto Tempo de Ler, em operacionalização pela SEDUC.

Mobilização do Sistema de Justiça pela Defesa do Direito à Educação

No sentido de fortalecer a ideia do Direito de Aprender a que fazem jus todas as crianças e adolescentes, este princípio tem como fundamento a universalização do acesso à escola, o ensino de qualidade e a responsabilidade da sociedade civil como um todo pela educação no Estado.

Num esforço conjunto, denota-se a participação efetiva do Sistema de Justiça em cooperação com a SEDUC, quando as ações desenvolvidas pelos promotores públicos foram intensificados, tanto para garantir o direito de acesso à educação como na defesa de sua qualidade.

O processo de mobilização do Sistema de Justiça foi iniciado em 1996, através da realização do Seminário Educação de Qualidade: direito de todos – o judiciário em defesa da Educação pelo UNICEF e a SEDUC.

Em março de 1997, o Encontro – Justiça na Educação – Um Pacto Cearense (com participação de juizes promotores de justiça, educadores e secretários municipais) deu continuidade a bem sucedida mobilização pelo direito à educação de qualidade para todos.

Prêmio Alfabetizadora Cearense – 1997

A Secretaria da Educação Básica conferiu “Prêmio Alfabetizadora Cearense” à 164 professores. A avaliação foi realizada por uma Comissão Municipal

(compreendendo representantes de professores, Associações de Pais, Mestres, Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança).

O Objetivo do Prêmio foi promover o reconhecimento público de profissionais que estão atualmente exercendo um papel decisivo no processo de alfabetização das crianças e adolescentes em cada município do Ceará, identificando e valorizando o alfabetizador como agente decisivo no processo de melhoria da qualidade do ensino.

A Promoção contou com a parceria da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Associação dos Jovens Empresários (AJE), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Livraria Educativa e Colégio 7 de Setembro.

O Prêmio Alfabetizadora Cearense foi instituído através do Decreto 24.732 de 05 de Dezembro de 1997.

A proposta de gestão colegiada da Secretaria da Educação Básica do Ceará propõe a **Escola como Ponto de Partida**. A política do Estado para a Educação está aberta ao livre debate e a crítica dos professores, funcionários, alunos, assim como de toda sociedade civil.

Dentro dessa concepção as metas, estratégias e relações na Instituição, estão sendo repensadas na busca da democratização do ensino, no sentido da socialização das decisões, implementando assim a ação conjunta de co – responsabilidade de todos no processo educativo.

Mecanismos como o processo de eleições diretas, para diretores das escolas estaduais, a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola – FADE e a mobilização pela criação de Conselhos Escolares que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo foram desenvolvidos e/ou estão sendo intensificados.

O Estado cumpre suas obrigações com o ensino público garantindo medidas à autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola.

Indicadores Educacionais

O Projeto Tempo de Aprender, a implantação dos Ciclos de Aprendizagem, a atuação do Ministério Público e a Mobilização dos Municípios, são exemplos de alternativas utilizadas para se equacionar as necessidades de atendimento à população identificada pelo Censo Escolar. Vale salientar como destaque a atuação do Poder Judiciário que zelou pelo respeito a lei constitucional no cumprimento do direito à educação.

Analisando os dados referentes ao comportamento da matrícula da rede pública do Estado do Ceará, no período 1996/1997, constata-se um crescimento de 12,3% e a rede particular uma perda de 14,3%, decorrente principalmente, do fim da compra de vagas em 1997, representando o ingresso de 223.860 alunos na escola pública (v. quadro 3).

Matrícula no Ensino Fundamental

Rede	1996	1997
Pública	13333829	1499510
Particular	307460	246598
TOTAL	1641289	1746108

Fonte: MEC/INEP

No período 1996/97, a matrícula do ensino fundamental do Ceará cresceu 6,4%.

No Ceará, no ano de 1997 foram incorporados 104.819 novos alunos no ensino fundamental.

A rede pública registrou um crescimento de 12,4% na rede particular uma perda de 19,8%.

A rede municipal é a maior responsável pelo aumento da matrícula no ensino fundamental. A rede municipal em 1997, detém 55% da matrícula, a rede estadual 31% e a particular 14%. (v. quadro 2)

Matrícula no Ensino Médio

Rede	1996	1997
Pública	113.935	142.417
Particular	60.769	59.202
TOTAL	174.704	201.619

Fonte: MEC/INEP

No período 1995/1997, a matrícula no ensino médio no Ceará cresceu 15,4%.

No ano de 1997 foram incorporados 26.915 novos alunos ao ensino médio.

A rede pública registrou um aumento de 25% e a particular uma perda de 2,6%.

A rede estadual é a maior mantenedora do ensino médio, detém 54% da matrícula total, municipal 14%, particular 29% e a federal 3%. (v. quadro 2).

A discussão atual sobre a educação também tende projetar maior ênfase, em 1998, sobre as questões de qualidade. O aumento da matrícula de 1996, que se repetiu em 1997, sendo um indicador favorável a uma constatação de que a

Educação no Ceará está no rumo certo, com a mobilização de todos as forças e segmentos para promover a alfabetização e a continuidade de estudos das crianças e adolescentes cearenses, como instrumento de conquista da cidadania.

Os resultados do Censo, que subsidiam o planejamento das políticas educacionais em todos os níveis de governo, serão utilizados na execução do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a entrar em vigor a partir de janeiro de 1998.

O Fundo instituído pela Emenda Constitucional nº 14 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996, estabelece que 15% dos impostos arrecadados por estados e municípios (FPE, FPM, ICMS, IPI sobre Exportações e Fundo de Ressarcimento das Exportações) devem ser aplicados na educação básica. Estes recursos constituirão um fundo contábil em cada estado, que será redistribuído proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes públicas municipal e estadual de primeiro grau.

Considerando que o valor por aluno aprovado para 1998 é de R\$ 315,00, o FUNDEF para o Ceará será de R\$ 472 milhões, destinando-se R\$ 170 milhões ao Estado que detém 36% das matrículas da rede pública e R\$ 302 milhões aos municípios, que detêm 64% da matrícula pública.

Na formação do FUNDEF/Ceará, o Governo do Estado contribuirá com R\$ 283 milhões, os municípios com R\$ 133 milhões e o Governo Federal complementará o total do FUNDO aportando R\$ 56 milhões.

Tempo de Aprender

Os compromissos constitucionais prioritários para o Ceará são a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. O Estado através da Secretaria da Educação definiu uma política de acesso, permanência e sucesso escolar expressa no vetor **Tempo de Aprender**. O conjunto de atividades previstas no projeto subdivide-se em ações que se entrelaçam no **Tempo de Ler** (mobilização para matrícula – alfabetização intensiva); **Tempo de Avançar** (continuidade do processo de escolarização) e **Tempo de Conviver** (conjunto de programas que estimulam a organização da escola).

O Tempo de Aprender oferece alternativas de educação e escolarização não convencionais.

Tempo de Ler: Alfabetização

A Secretaria da Educação Básica programou em 1996, a primeira fase do Projeto Tempo de Ler, numa ação emergencial de alfabetização intensiva, em 18

A implementação do "Programa de Aceleração de Aprendizagem" pelo governo federal, vem possibilitar a ampliação do atendimento escolar, em 1997, da SEDUC, juntamente com os Centros Regionais de Desenvolvimento de

O Projeto em referência é um dos mecanismos utilizados para o desenvolvimento do sub-projeto Tempo de Avançar, visando com isso promover avanços progressivos dos alunos que se encontram atrasados na correlação série – idade, utilizando uma ação didática que considera a experiência do aluno, seus ritmos e níveis de aprendizagem, desenvolvendo sua auto-estima.

Aprendizagem.

Importante ainda, frisar a elaboração e o encaminhamento de projetos à análise e parecer do Ministério da Educação e do Desporto/MEC, a fim de serem financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental FNDE, dentre os quais se destaca o Projeto **Classes de Aceleração da**

No ano de 1997 foram implementadas mais 20 turmas de Classes de Aceleração em dois municípios do Estado: Pereiro e Sobral, atendendo a 500 alunos, numa ação conjunta com o Instituto Ailton Sena.

Em 1996, A Secretaria da Educação Básica implementou, como etapa experimental do Tempo de Avançar 141 Classes de Aceleração nos municípios de Aracati, Aratuba, Guaraciaba do Norte e Poranga, beneficiando um total de 3.703 alunos.

Tempo de Avançar: Classes de Aceleração

A partir dos dados aferidos pelo 2º Censo Educacional Comunitário, realizado pelos Agentes de Saúde em 96, onde constatou-se que 19,8% das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos do Estado estavam fora da escola, e 20,3% dos adolescentes de 11 a 17 anos eram analfabetos. O Projeto foi ampliado, em 1997, para 98 municípios, beneficiando 8.946 crianças e adolescentes.

Iniciando a implantação do Projeto em 12 municípios (Aiuaba, Carnaubal, Fortim, General Sampaio, Ibareta, Icapuí, Iguatu, Maranguape, Novo Oriente, Pereiro, Viçosa do Ceará) atendeu 3.324 crianças e adolescentes, envolvendo 14 coordenadores e 172 alfabetizadores.

corresponde a 19.072 crianças e adolescentes, como também oferecer a habilitação de professores não titulados para o magistério.

nos 6 municípios municipalizados, visando expandir oportunidades educacionais de modo atender a população analfabeta na faixa etária de 11 a 14 anos, que

Educação/CREDE e Secretários Municipais de Educação contemplando os 184 municípios cearenses e beneficiando um total de 52.588 alunos das redes estadual e municipal.

Tempo de Conviver: Escola Viva

Dentre os principais problemas enfrentados pelas escolas da rede pública estadual estão a evasão e a repetência que ao longo dos anos, vem desafiando administradores e educadores dos sistemas de ensino.

No caso da educação, urgem medidas que tomem a escola mais eficiente na sua função de ensinar, ao mesmo tempo mais motivadora e atraente.

Mudar o fazer pedagógico da escola na perspectiva do desenvolvimento de uma ação educativa que contemple atividades sócio-culturais, artísticas, esportivas informativas e preventivas é o principal objetivo da **Escola Viva**. Resultando numa escola mais comprometida com o sucesso do seu aluno e atraindo a atenção daqueles que se evadiram ou que a ela nunca tiveram acesso.

A ação pedagógica do Escola Viva envolve os mais variados profissionais. Em seu desenvolvimento participam os integrantes do trabalho de educação formal e aqueles que atuam como educadores informais.

O Projeto compreende o desenvolvimento de atividades como: oficinas de artes, criação literária, recreação, esportes, encontros motivacionais entre os professores, funcionários, pais, alunos e comunitários.

Em 1995, foi implantado como experiência piloto em 05 escolas públicas da capital (Centro Educacional de Referência Antonio Bezerra, Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente nos bairros de Granja e Autran Nunes e nas escolas de 1º e 2º graus Eudoro Correia e Hilza Diogo de Oliveira).

Em 1996, o "Escola Viva" como revitalização de cada escola através de ações intersetoriais com amplo envolvimento comunitário, contemplou 21 escolas. Atualmente, esse número foi acrescido para 51 unidades escolares em Fortaleza e mais 09 (nove) no interior, dando portanto continuidade e expansão da dinâmica curricular da Escola Viva através de ações tais como: Dinamização da linguagem da informática na ação curricular, com a instalação de 58 laboratórios e da capacitação de 150 professores na área de informática educativa. Formação de uma orquestra infantil juvenil que atende 200 crianças e adolescentes, grupos de corais que atendem 250 crianças, três grupos de teatro que atende a 90 crianças e

adolescentes, e grupos nas diversas áreas de esporte e danças folclóricas e

moderna.

Foram, ainda, realizados seminários regionais nos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) de Baturité e Iguatu, com a participação de 230 pessoas (dentre Secretários Municipais de Educação, Diretores de Escolas, Técnicos do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP), técnicos do CREDE e representantes de entidades comunitárias) o que possibilita uma expansão significativa do Projeto.

O Escola Viva é desenvolvido através de uma ação interinstitucional da qual participam além da Secretaria da Educação, as Secretarias de Saúde, Cultura e Desporto, Ciências e Tecnologia e Trabalho e Ação Social.

Ciclos de Aprendizagem

Promover a cultura do sucesso escolar favorecendo uma linha de ação pedagógica que respeite os diferentes níveis de desenvolvimento e ritmos de aprendizagem dos educandos com ênfase na flexibilidade do tempo escolar é o objetivo da Proposta da Organização do Ensino em Ciclos, com respaldo legal na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 de 20.12.96. Art. 23).

Os Ciclos de Aprendizagem defendem a organização de turmas por idade (com especial atenção para o ritmo de aprendizagem de cada aluno) voltado para um trabalho de reivenção de todos os espaços educativos da escola, especialmente o espaço curricular. Rompendo assim com compartimentalização das disciplinas, e fragmentação do conhecimento e o caráter classificatório da avaliação. Em 1998, a Secretaria da Educação Básica estará iniciando a implantação dos Ciclos de Formação do Ensino Fundamental de forma gradativa e em regime de colaboração entre Estado e Municípios.

Os Ciclos terão a duração de nove anos: o primeiro ciclo com duração de três anos para (alunos de 6, 7 e 8 anos), segundo ciclo com duração de dois anos (alunos de 9 e 10 anos), terceiro ciclo com duração de dois anos (alunos de 11 e 12 anos) e o quarto ciclo com duração de dois anos (alunos de 13 e 14 anos).

Para o sucesso da presente Proposta, é fundamental que nesse processo vontades estejam mobilizadas com a adesão da comunidade escolar. Nessa perspectiva, a SEDUC desenvolveu no decorrer de 1997, seminários para a sensibilização e discussão das medidas de implantação dos ciclos, junto aos 21 CREDE/Centro Regional de Desenvolvimento de Educação, com a participação de

prefeitos, secretários municipais, diretores dos CREDE e de unidades escolares dos 184 municípios do Ceará.

Ainda para disseminação e amadurecimento da Proposta foram realizados 02 (dois) Encontros sobre a Organização do Ensino em CICLOS com a participação de especialistas nos assuntos, totalizando cerca de 1.228 participantes, dentre diretores regionais dos CREDE, diretores de escolas, técnicos do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP) dos CREDE e SEDUC.

A Secretaria da Educação estará propondo a regulamentação da extensão do ensino fundamental à faixa etária de 6 anos a partir de 1998.

O quadro a seguir ilustra a organização do ensino em CICLOS.

UMA PROPOSTA PARA O CEARÁ

A C A I R C		E D U C A O I N F A N T I L		P R I O R I D A D E	
ENSINO MÉDIO 3 ANOS		EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ - ESCOLA (0 A 5 ANOS))		PRIORIDADE	
		9 ANOS ENSINO FUNDAMENTAL		MUNICÍPIO	
		4º CICLO = 3 ANOS IDADE: 13 E 14	3º CICLO = 3 ANOS IDADE: 11, 12	2º CICLO = 3 ANOS IDADE: 09, 10 E 11	1º CICLO = 3 ANOS INÍCIO: 6, 7, 8 ANOS
OBRIGATÓRIO E GRATUITO FINANCIADO PELO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO		ESTADO			
PRIORIDADE					

Sistema de Acompanhamento Pedagógico - SAP

O Sistema de Acompanhamento Pedagógico tem como eixo principal a implementação/implantação dos Propósitos Curriculares e das Políticas Educacionais do Estado definidas para cada nível e modalidade de ensino, através

de duas vertentes básicas: o acompanhamento à gestão escolar e o acompanhamento ao ensino.

As ações de acompanhamento envolvem atividades que identifiquem os pontos fortes e falhos da ação educacional. Nesse sentido são apontados caminhos, mecanismos e estratégias no sentido de garantir a qualidade do ensino e consequentemente, o alcance dos objetivos estabelecidos nas políticas educacionais do Estado.

O acompanhamento está sendo efetivado em todo Estado do Ceará, tendo a escola como centro de convergência da ação própria deste sistema e os professores coordenadores de Ensino (PCE) e professores coordenadores de gestão (PCG) que integram as equipes do Núcleo de Apoio Pedagógico e Núcleo de Apoio a gestão de cada município.

As estratégias de cooperação técnica desenvolvidas pela SEDUC como coordenadora e parceira do Sistema desenvolvem-se através de visitas, seminários, jornadas pedagógicas, programa interativo pela televisão e outros recursos de educação à distância.

A operacionalização do SAP se efetiva por meio das três instâncias, sendo: Primeira instância: Equipe Central (técnicos da SEDUC); Instância Intermediária – CREDE (técnicos dos CREDE e Professores Coordenadores de Ensino (PCE) e terceira instância – Secretaria Municipal de Educação (Professores Coordenadores Pedagógicos).

O Acompanhamento pedagógico adotado envolve todas escolas estaduais dos 184 municípios cearenses e parte da rede municipal, mais especificamente os municípios da municipalização (Icapui, Fortim, Iguatu, Maranguape, Marco e Jucaás).

Implementação de Conselhos Escolares

A mobilização pela criação em 1996 de Conselhos Escolares nas escolas públicas é um dos processos que comprova a busca da democratização do ensino implementada na escola pública.

Este mecanismo é uma forma de tornar a escola um centro de vivências democráticas de formação da cidadania. As ações que iniciaram um processo de desenvolvimento da gestão colegiada foram intensificadas a partir de 1997, com um número representativo de implementação de conselhos escolares em 625 escolas estaduais, desempenhando funções de ordem consultiva, normativa, deliberativa, fiscalizadora e avaliativa.

Procedeu-se a capacitação para 70 dinamizadores que atuarão junto aos

Conselhos Escolares sobre a gestão colegiada, função social da escola e mecanismos administrativos – financeiros, tendo em vista sua efetiva participação na gestão colegiada da escola.

Encontra-se em programação o fortalecimento dos Conselhos Escolares através da capacitação para 2.610 Conselheiros Escolares nas 21 regiões administrativas com a finalidade de promover uma prática educacional democrática em função da melhoria da qualidade e desempenho da escola.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

As medidas adotadas visando novos padrões de gestão em procedimentos na SEDUC, relativos a democratização do ensino dependem obrigatoriamente da mediação do professor referente a sua valorização e demais profissionais da educação. O sucesso da implementação de qualquer política educacional depende dos profissionais.

Assim é fundamental que o Poder Público valorize e apoie o professor proporcionando-lhes condições de profissionalização através do plano de cargo e carreira, piso salarial digno, e de uma política de formação em serviço para que o professorado tenha condições de realizar plenamente o trabalho.

A política de capacitação de Recursos Humanos da SEDUC tem o caráter permanente, contínuo e em serviço. Nesse sentido, ela necessariamente faz parte do sistema de Acompanhamento Pedagógico - SAP onde se desenvolve a capacitação permanente dos professores do ensino fundamental de 1ª a 4ª série da rede pública de ensino. Neste âmbito da política de capacitação permanente foram beneficiados 14.567 professores dos 184 municípios e implantados Oficinas Pedagógicas beneficiando 1.957 professores.

A desconcentração da execução das ações de capacitação para o nível regional (CREDE/Município) implicou em gestão dos recursos financeiros pelo CREDE e coordenação das referidas ações. Isso ocorre com o início da capacitação em serviço de sua equipe (197 diretores e técnicos) e o acompanhamento, pela equipe central, das ações de capacitação desenvolvidas pelo CREDE.

O redimensionamento dos Programas “Um Salto para o Futuro” e “TV Escola” integrando as ações do programa com os da TV Escola, são ações de capacitação à distância, com a utilização da televisão o que proporcionou a capacitação de 1.690 docentes. Na ação de habilitação de professores não titulados para o magistério, capacitaram-se em 97, 12.369 professores, representando um

percentual de aumento de 361% com relação ao ano de 96 (3.425) professores capacitados.

Foram implementadas as ações de capacitação de professores previstos no PTA/95/96 do Projeto Nordeste, SE/QE e FNDE, como também foram oferecidos Cursos de Formação de Orientadores de Aprendizagem, Treinamentos para professores de 1ª a 4ª série sobre Material Ensino Aprendizagem, Curso para Educação de Jovens e Adultos e outros

Salienta-se, ainda, a capacitação das equipes técnicas do órgão central, CREDE e Escola, para apoiar a implementação da política educacional do Estado, nos diversos níveis de sua execução. Os cursos, durante o ano de 97, envolveram em total de 200 técnicos.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A proposta de gestão colegiada se insere no contexto de uma concepção democrática de administração.

O espaço aberto da atual gestão para participação de todos os segmentos da sociedade civil favorece a experiência coletiva ao efetivar a socialização de decisões e a divisão de responsabilidades.

Ações como a aprovação da Lei 12.452 de 06 de junho de 1995, que fundamentou a experiência – piloto de municipalização em 06 (seis) municípios do Estado, a criação e fortalecimento dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) identificou o caminho para viabilizar o regime de colaboração, através de estratégias de cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios.

Assim a SEDUC busca estratégias que permitam ao município, de acordo com a Constituição e LBD assumir responsabilidades na área do ensino fundamental e da educação infantil de forma a receber da União e do Estado todo o apoio, assessoramento e recursos necessários a fim de garantir o acesso escolar.

Municipalização do Ensino Fundamental

O município definido como elo fundamental para o resgate da dívida com a educação pública no Ceará no Plano de Governo do Estado, fortalecido pela implantação gradativa do Processo de Municipalização, através da cooperação técnica e assistência financeira por parte do Estado, constitui estratégia básica na proposta de universalização do acesso e da melhoria da qualidade do ensino fundamental.

Na intenção de estabelecer a divisão de responsabilidades entre Estado e Município e racionalizar os encargos e recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a SEDUC vem empreendendo esforços no sentido de reorganizar a rede escolar, implantando desde de 1995 o processo de municipalização nos municípios de Icapuí, Maranguape, Fortim, Iguatu, Jucás e Marco.

Nesse sentido, vale destacar a ampliação da municipalização do ensino, através da realização, em 1997, do Concurso Público Único de prova e títulos, destinado ao provimento de cargos vagos de professor das redes estadual e municipal de ensino, tendo como objetivo democratizar oportunidades e tornar transparente o sistema de ingresso ao magistério público.

○ Estado ofereceu 4.044 vagas para o preenchimento de cargo de professor de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e para as séries do ensino médio, enquanto as redes municipais, envolvendo 124 municípios, abriram 24.407 vagas para as séries do ensino fundamental, perfazendo o total de 28.451 vagas.

○ Concurso constou de duas fases, envolvendo provas de conhecimento e análise de títulos. Inscreveram-se 45.248 candidatos, obtendo-se como resultado final de 21.609 aprovados.

É importante, frisar que a ampliação da municipalização do ensino se deu com a celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, entre Governo do Estado, através da Secretaria da Educação Básica em 118 dos 124 municípios cearenses que aderiram ao concurso único para o magistério público. A formalização do acordo tem como propósito, fortalecer o regime de colaboração entre Estado/Município, bem como apoiar o processo de municipalização, visando a melhoria da qualidade e universalização do ensino fundamental.

Dentre as ações de cooperação técnica resultantes do Acordo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e o Município de Fortaleza destaque-se: a adoção do planejamento unificado da rede escolar de modo a ajustar a oferta de vagas com demanda escolar, tendo em vista garantir, no ano de 1998, o acesso de todas as crianças de 7 a 14 anos à escola, no município de Fortaleza, buscando assim o ajuste, gradativamente, da oferta de vagas em Escolas Públicas Municipais aos que preceitua a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), mantendo-se o princípio da mais estreita colaboração entre Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza.

Essas são algumas das ações que norteiam a colaboração entre Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Fortaleza na implementação de medidas para melhorar a qualidade do ensino, definindo, conjuntamente um padrão mínimo de qualidade da escola.

Centros Regionais de Desenvolvimento Administrativo da Educação/CREDE – Autonomia Administrativo – Financeira.

A descentralização administrativa da SEDUC deu continuidade ao processo de municipalização, com a extinção das 14 Delegacias Regionais de Ensino e a criação, em 1996, dos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação, em pleno funcionamento. São detentores de crescente autonomia administrativo – financeira, passando a ser a principal instância de articulação entre a escola, os municípios e o poder público estadual.

os sistemas já existentes na SEDUC e os que venham a ser implantados, sendo Com instalação desses equipamentos foi possível a integração de todos

unidades de mobiliário.

Mono; 40 impressoras Jato Color; 32 Nobreaks; 200 estabilizadores; 04 scanners de mesa; 04 projetores, aquisição de 28 softwares e Banco de Dados – ORACLE e 350 220; 50 impressoras matricial 600; 15 impressoras Laser; 20 impressoras Jato 1996, 320 microcomputadores, 10 Notebook Pentium; 100 impressoras – Matricial

Para assegurar a implantação desses sistemas foram adquiridos em administração e 07 na área de informações educacionais. implantados até o final do Projeto, em número de 14, sendo 07 na área de Gerenciais – SIIIG, que objetiva a integração entre os sistemas que forem sendo Materiais. Está também em desenvolvimento o Sistema Integrado de Informações Administração, priorizando-se o Organograma Financeiro, Rede Física e Compras e No ano de 1996 foi iniciado o desenvolvimento do Sistema de

Informações Educacionais.

de Gestão Educacional, constituído pelo Sistema de Administração e Sistema de desenvolvendo e implantando, em convênio com o CETERDE, o **Sistema Integrado** procedimentos administrativos, a Secretaria da Educação Básica vem processo decisório e favorece a modernização e descentralização dos Para implantação de uma sistemática de gerenciamento que agilize o

Sistema Integrado de Gestão Educacional – SIGE

gestão escolar e do sistema público de ensino de forma descentralizada. cenário educacional o papel de coordenação, articulação e acompanhamento da Todos, assumiram no exercício de 97, considerado o "Ano do CREDE", neste novo administrativas do Estado, a política de Todos pela Educação de Qualidade para Os CREDE que tem a missão de coordenar, no âmbito das vinte regiões

técnica – financeira e atendimento regionalizado com definição de prioridades. ações/SEDUC, CREDE e ESCOLA, intensificação do processo de cooperação reforçado com o fortalecimento dos CREDE através do Planejamento Integrado das O processo de democratização da escola pública no Ceará vem sendo

diretores.

tendo sido aprovados 99 na 1ª etapa, 52 na 2ª etapa e nomeados e empossados 21 apresentação do Plano de Trabalho e entrevista. Inscreveram-se 608 candidatos, conistou de duas etapas: prova escrita e análise de títulos, realizado pela UECE, Seus dirigentes foram selecionados, em processo de seleção pública que

Entre as estratégias para melhorar a qualidade dos serviços educacionais, o macropLANejamento proposto para o Sistema Estadual da Educação, é outra ação que se destaca, traduzido numa ótica de reestruturação da Secretaria da Educação Básica, em cumprimento aos compromissos firmados na Reforma do Estado e no Projeto “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”.

Reestruturação da Secretaria da Educação Básica

Em 1996, foram constituídas como unidades orçamentárias 208 (duzentos e oito) escolas, integrando o orçamento de 1998 da SEDUC, quando esse número foi acrescido para 382 escolas. O FADE deverá ser implantado, em 1999, em todas as escolas.

Em 1996, foram constituídas como unidades orçamentárias 208 (duzentos e oito) escolas, integrando o orçamento de 1998 da SEDUC, quando esse número foi acrescido para 382 escolas. O FADE deverá ser implantado, em 1999, em todas as escolas.

manutenção do ensino de qualidade, sob a fiscalização dos conselhos escolares, em necessárias para a escola gerar e gerir recursos para o desenvolvimento e estaduais, municipais e particulares para a unidade escolar, dando condições viabilizando a transferência direta de recursos de órgão e entidades federais, O FADE é instrumento importante para fortalecer a Escola Pública,

18/09/96.

Apoio ao Desenvolvimento da Escola, ratificado com a instituição da Lei 12.622, de comunidade, tendo garantido o apoio político à aprovação do FADE – Fundo de Este mecanismo permitiu uma abertura da gestão pública à adjuntos, referentes a 2.417 candidatos inscritos.

culminado com a escolha e nomeação de 692 diretores gerais e 1.353 diretores mobilização de 904.282 pessoas (entre pais professores, alunos e funcionários) a partir da promulgação da Lei Estadual 12.442/95. Sua realização implicou na seleção técnica dos diretores das escolas estaduais, ocorrido em 1995, foi possível O processo de escolha por eleição pela comunidade escolar, após uma

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola – FADE

deficiências e na escolha de solução para os problemas educacionais.

deverão gerar subsídios à SEDUC para uma maior agilidade no diagnóstico de sistema. Ficando, assim, facilitado o acesso e a extensão de informações que poderosa fonte de dados gerenciais, quando agregados e visualizados por único A principal função desse sistema é permitir o fornecimento de uma Educação – CREDE e em algumas escolas de grande porte.

posteriormente instalados nos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da

A desconcentração, descentralização, redução dos níveis hierárquicos, racionalização dos processos burocráticos e adequação ao processo de transição serviram de princípios norteadores para nova estrutura organizacional da SEDUC. A estrutura tem por base três áreas de atuação, denominadas de Coordenadorias, sendo estas constituídas dos diferentes Núcleos (Diretorias), onde se desenvolvem as atividades da SEDUC.

Esta nova concepção de modelo de gestão busca garantir sintonia com a demanda do Plano de Governo, de que os Modelos de Estrutura de suas Pastas devam viabilizar a realização das atividades – fim com mais eficiência e agilidade, influenciando sobretudo nos resultados das ações.

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ESTRUTURA DO PLANO DE EDUCAÇÃO 95/98 POR VERTENTES, VETORES, PROJETOS

VERTENTE	VETOR	PROJETO
1	TODOS PELA EDUCAÇÃO	1. MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO 2. PACTO PELA EDUCAÇÃO: O DIREITO DE APRENDER 3. ESCOLA VIVA: CAMINHO DA CIDADANIA: 3.1. PROJETO PEDAGÓGICO 3.2. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO 3.3. CONSELHO ESCOLAR 3.4. FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - FADE 3.5. ESCOLARIZAÇÃO DA MERENDA
2	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	4. REDIMENSIONAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS 5. INSTALAÇÕES ESCOLARES 6. RACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO 7. AVALIAÇÃO E INOVAÇÃO EDUCACIONAL
3	EDUCAÇÃO PARA TODOS	8. TEMPO DE LER 9. TEMPO DE AVANÇAR 10. TEMPO DE CONVIVER 11. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 12. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO 13. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 14. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

TODOS PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS CONQUISTAS E DESAFIOS 1997

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
<p>1. TODOS PELA EDUCAÇÃO <i>Meta</i></p> <p>Mobilização de instituições públicas e privadas e representantes da sociedade civil, visando a colaboração na expansão e melhoria do ensino.</p>	<p>1. Municipalização do Ensino <i>Meta</i></p> <p>Criação de condições básicas de natureza política, normativa, operacional, técnica e financeira, através da implantação e implementação gradativa do processo de municipalização, visando a melhoria da qualidade e a universalização do ensino fundamental.</p> <p>Ação programada</p> <p>Cooperação técnica (organização administrativa e financeira; planejamento educacional; acompanhamento da melhoria da qualidade do ensino; racionalização da rede física e de recursos humanos; apoio técnico; pedagógico e a gestão democrática) e financeira. Municípios mantenedores, prioritários da educação infantil e da 1ª a 4ª série do ensino fundamental e Estado mantenedor preferencialmente da 5ª a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio.</p>	<p>Elaboração e aprovação na Assembleia Legislativa do Projeto de Municipalização do Ensino em 1995 que contou com a adesão da maioria dos municípios cearenses. O processo foi deflagrado como experiência piloto em 06(seis) municípios: Maranguape, Icapui, Fortim, Iguatu, Jucas e Marco. Formalização de adesão e estabelecimento de convênios.</p> <p>Ampliação da municipalização celebração de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre Governo do Estado/SEDUC e os 124 municípios de adesão ao Concurso Único para Magistério Público (QUADRO 5). Prêmio Alfabetização Cearense 1997 para promover o reconhecimento público e valorização de alfabetizadores de crianças e adolescentes como agentes decisivos no processo da melhoria da qualidade do ensino em cada município do Ceará (envolvendo 164 municípios)</p> <p>Elaboração da versão preliminar da lei sobre o Regime de colaboração entre Estado e Município</p>	<p>Continuidade da Ampliação do processo de municipalização com a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.</p> <p>Implantação de uma rede única de ensino público.</p>
<p>Municipalização gradativa do ensino fundamental, em regime de colaboração.</p>			
	<p>2. Pacto pela Educação: O Direito de Aprender <i>meta</i></p> <p>Mobilização dos órgãos governamentais e não governamentais, setores organizados da sociedade de um modo geral no Projeto Todos Pela Educação de Qualidade para Todos (no período 1995 a 1998).</p>		

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
1. TODOS PELA EDUCAÇÃO	<p>Ação Programada</p> <p>Mobilização da sociedade civil, os três poderes, as universidades, outras instituições e do empresariado, tendo em vista o acesso, a permanência e sucesso escolar de todas as crianças e adolescentes e fiscalização dos recursos à educação. Assessoria, cooperação técnica e financeira em atividades permanente e extraordinárias demandadas pela Educação Básica do Estado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Celebração de convênio de Cooperação técnica desenvolvido em 1996 SEDUC/Universidades (UECE, UVA, URCA, UNIFOR, UFC) e outras instituições; (SECTECE – Fundação Vítae (Apoio a Cultura Educação e Promoção Social) e o CETREDE). - Encontro (Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação)- (PRASEM) Projeto Nordeste / UNICEF / UNIDIME / Secretarias Estaduais de Educação com vistas a capacitação em Planejamento Educacional para todos secretários municipais de educação. - Encontros Regionais (20) para discutir a repercussão das mudanças na Educação decorrentes da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Fundo de Manutenção do Ensino. - Seminários Regionais de Mobilização em 07 municípios (Beberibe, Meruoca, Quixadá, Guarimiranga, Barbalha, Iguatu e Russas) Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação e Prefeitura / PRASEMPRE) a fim de discutir Propostas Estaduais ao Plano Nacional de Educação, envolvendo os 184 municípios cearenses com a participação de 1.020 pessoas. - I Encontro pela Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação do Baixo do Acaraú, envolvendo 07 municípios sob jurisdição do CREDE, com participação de 78 pessoas (representantes da comunidade indígena, professores, diretores de escolas, promotores de justiça, secretários municipais de educação e estudantes. - Seminário Justiça na Educação –Um Pacto Cearense com a participação de 350 pessoas, envolvendo juízes, promotores de justiça, educadores e secretários municipais de educação. - Reuniões quinzenais – Fórum da Educação – para discutir e propor encaminhamento para os problemas da educação no Ceará. 	<p>Continuidade da mobilização e instrumentalização da população para colaborar e fiscalizar o cumprimento do "direito à aprendizagem" para as crianças e adolescentes.</p>

VERTENTE		PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE <div>Meta</div> <div>Melhoria da qualidade do ensino, reduzindo as taxas de evasão e repetência.</div>		3. Escola Viva: Caminho da Cidadania <div>Meta</div> <div>Fortalecimento da ação pedagógica da escola reforçando sua autonomia, tornando-a ponto de partida da ação educativa de qualidade.</div>	<div>Atividades desenvolvidas com a finalidade de fortalecer a educação básica na região do Complexo Portuário do Pecém, instrumentalizando a população para uma participação efetiva no desenvolvimento, sócio-econômico da região (Caucaia, São Gonçalo, São Luis do Curu, Paracuru, Paraipaba, Unirém e Pentecoste)</div>	
ENSINO FUNDAMENTAL		Ação Programada		
REDE/ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL		
96	EV 10,4 ↓ REP 13,0	EV 12,7 ↓ REP 14,9		
97	8,9 ↓ 11,9	11,8 ↓ 14,3		
FONTE: CENTRAL DE DADOS		3.1. Projeto Pedagógico		
ENSINO MÉDIO				
REDE/ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL		
96	EV 21,4 ↓ REP 8,8	EV 20,7 ↓ REP 11,0		
97	20,8 ↓ 8,4	20,5 ↓ 8,8		
FONTE: CENTRAL DE DADOS		Meta		
NOTA: A evasão em 96 e 97, e repetência em 97 – são dados estimados		Análise de todos projetos pedagógicos das escolas, destacando por região, municípios e escola os índices de aprovação, repetência, evasão e ações substantivas desenvolvidas e ajustes necessários em cada etapa (bimestral).		
		Ação Programada		
Estratégia de revitalização da escola através da “Escola Viva”, escolha democrática de diretores de escolas estaduais e mudanças no padrão de funcionamento da gestão escolar. Produção e impressão de MEA (Materiais de Ensino Aprendizagem), implantação de bibliotecas e material de escrituração escolar.				

VERTEENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	3.1. Projeto Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Redimensionamento do processo de alfabetização, iniciando o redimensionamento Curricular com elaboração e execução experimental dos Referenciais Curriculares Básicos de 1ª série, em preparação à implantação dos Ciclos. - Conclusão do documento Referenciais Curriculares de 1ª a 4ª série impresso em 14.436 exemplares, beneficiando 5.299 escolas (rede estadual e municipal) em 183 municípios. - Complementação dos Referenciais Curriculares Básicos de 1ª série para adequação ao 1º Ciclo de Formação a ser implantado em 1998. - Atendimento pelo Sistema de Telensino, abrangendo 153 municípios cearenses: <ul style="list-style-type: none"> - 134.127 telealunos em 533 escolas estaduais. - 101.927 telealunos em 1.270 escolas municipais. - Implantação do Projeto (Re) Afirmando a Identidade do Índio Cearense, através da participação de técnicos em 02 Seminários, 06 Encontros e 02 sessões de estudo sobre a questão do Índio do Ceará. <ul style="list-style-type: none"> - Envolvendo 02 Comunidades Indígenas, Caucaia (Tapebas - 05 Núcleos 2.300 participantes); Itarema (Tremembés - 08 Núcleos- 3.800 participantes) e Professores Índios (48). - Fortalecimento da metodologia ativa no desenvolvimento Curricular da Escola Pública. • Monitoramento do livro didático através de visitas aos CREDE e municípios. • Distribuição de 100 novas bibliotecas escolares e de 50 "cantinhos de leitura" com indicação de livros literários, paradidáticos e de referência beneficiando 109.000 alunos. • Material de Ensino Aprendizagem (ensino regular, à distância pela TV) 	<p>Redimensionamento Curricular do telensino avançando da seriação para a organização em CICLOS (3ª e 4ª Ciclos).</p> <p>Funcionamento de bibliotecas escolares/salas de leitura em todas as escolas, com atualização permanente do acervo e a universalização de "cantinhos de leitura" em todas as salas de aula do 1º e 2º Ciclos.</p>

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	3.1. Projeto Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> - Reposição do livro didático 1ª a 4ª série (Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais) e de 5ª a 8ª série (Português, Matemática e Ciências, 57.000 livros) beneficiando 133.404 alunos. - Renovação do acervo do vídeo/Escola, através da doação de 68 fitas pela Fundação Roberto Marinho, beneficiando 387.266 alunos, 16.063 professores de 54 escolas. - Realização de 03 programas especiais – TVC com produção de material didático, favorecendo 205.225 alunos, 71.030 professores em 1.634 escolas de 174 municípios. - Aquisição de acervo de vídeo para instalação de 14 novos núcleos de vídeo/escola beneficiando 210 escolas na Capital e Interior. - Aquisição e distribuição 58.450 livros (História e Geografia) de 5ª a 8ª série, beneficiando 286.150 alunos • Material Ensino/Aprendizagem (Projeto Nordeste) Rede Estadual e Municipal de 1ª a 4ª série. • - Aquisição e distribuição de 2.184.891 livros Material Ensino Aprendizagem (Educação Jovens e Adultos) - Aquisição e distribuição de 206.300 módulos institucionais, beneficiando 4.200 alunos de 121 municípios. - Impressão e distribuição 15.300 livros "Um Certo Planeta Azul"; 2.050 livros "Guia Teórico e Proteco do Alfabetização, beneficiando 2.650 professores de 406 escolas de 122 municípios. • - Aquisição e distribuição de 20.000 cartilhas "Programa de Aceleração de Estudos". • Material Ensino Aprendizagem (Educação Infantil) - Aquisição e distribuição de Documentos: <ul style="list-style-type: none"> - Registro de Experiências – 06 volumes e 3.000 exemplares; 	Expansão progressiva do Projeto "Vídeo / Escola".

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	<p>3.1. Projeto Pedagógico</p> <p>3.2. Sistema de Acompanhamento Pedagógico</p> <p>Meta</p> <p>Implantação e implementação do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP) nos 154 municípios, com seu desenvolvimento voltado para redução de reprovação e evasão no conjunto das escolas públicas.</p> <p>Ação Programada</p> <p>Implementação e acompanhamento do projeto administrativo e pedagógico das escolas públicas.</p> <p>3.3. Conselho Escolar</p> <p>Meta</p> <p>Criação e implantação de Conselhos Escolares em todas escolas públicas.</p> <p>Ação Programada</p> <p>Implantação de órgão colegiado da escola com funções consultiva normativa e deliberativa fiscalizadora e avaliativa de modo a tornar escola um centro de vivências democráticas de formação da cidadania.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - CADERNOS do Fórum – 01 volume e 1.000 exemplares. - Ciranda do Saber – 03 edições e 19.000 exemplares - Aquisição e distribuição 1.276.300 materiais de escrituração escolar na rede Estadual. - Preparação e desenvolvimento dos Jogos da Escola Pública (JEP) como elemento disciplinas do currículo realizadas através de olimpíadas regionais, atendendo 4.000 alunos. <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização do SAP (Sistema de Acompanhamento) como veículo de implementação da cooperação técnica aos 21 CREDE e seu fortalecimento, com a regulamentação da disponibilidade de recursos humanos – Lei 12.711/97. <ul style="list-style-type: none"> - Implementação/ Implantação de Conselho Escolar em 625 escolas estaduais. - Capacitação em Gestão Colegiada, especificamente em Conselho Escolar para 70 multiplicadores. (dinamizadores) 	<p>Consolidação do Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP).</p> <p>Consolidação da capacitação do Conselho Escolar para 2.610 conselheiros nos 21 CREDE (Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação). Fortalecimento do processo de democratização através do Órgão Colegiado que atuará nos assuntos referentes a gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.</p>

VERTEENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	3.4. Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola FADE. <i>Meta</i> Autonomia da gestão financeira as escolas públicas.	- Aproveitamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola (FADE) através da Lei 12.622 de 18/06/96 (DO 30/09/96). - Implantação em 208 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino (1996) com a expansão de 382 escolas em 1997.	Até 1999 a FADE deverá ser implantado em todas as escolas.
	Ação Programada Descentralização de recursos financeiros para garantia da implementação do projeto pedagógico e administrativo da escola.		
	3.5. Escolarização da Merenda <i>Meta</i> Descentralização dos recursos financeiros para as escolas, tendo em vista a aquisição adequada de gêneros alimentícios à região.	- Atendimento às escolas da rede estadual e dos municípios com repasses pela Fundação de Assistência ao Estudante / FAE ou SEDUC.	Consolidação do processo de descentralização dos recursos financeiros.
	Ação Programada Autonomia financeira às escolas para adquirirem os gêneros alimentícios mediante a utilização de produtos locais nos cardápios da merenda respeitando-se os hábitos alimentares.	- Municipalização da merenda escolar nos 184 municípios do Estado e escolarização na rede estadual de Fortaleza, Caucaia e Sobral, em 1996. Atualmente, perfazendo um total de 21 municípios, beneficiando 277.850 alunos, quando a merenda escolar passa a ser assumida por instâncias mais próximas de seus benefícios. Assim os municípios e as escolas assumem seu papel no processo, passando a fazer melhor uso dos recursos.	
	4. Redimensionamento e Valorização de Recursos Humanos. <i>meta</i> Valorização, capacitação e gerenciamento dos profissionais da educação.		
	Ação Programada Censo e racionalização de pessoal para identificar, lotação, função, desvio de função e perspectiva de aposentadoria. Incluir o pagamento de pessoal e convênio docente e a capacitação continuada e em serviço, inclusive especialização, qualificação de leigos, realização de oficinas pedagógicas para melhorar a qualificação docente.	- Apoio ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos promovido pela SED e viabilização de custos / eventos promovidos pela SEDUC, destinados aos Recursos Humanos da SEDUC / SEDE, SEDUC / CREDE e SEDUC / ESCOLA.	Implantação de um Programa de Atualização Permanente dos Técnicos da SEDUC / SEDE, considerando as necessidades de alargamento científico e cultural, e as demandas específicas de sua área de atuação.

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	<p>5. Instalações Escolares</p> <p><i>Meta</i></p> <p>Ampliação da oferta e melhoria das condições de funcionamento das escolas públicas.</p> <p><i>Ação Programada</i></p> <p>Estratégias de planejamento da rede escolar, organização do patrimônio da rede estadual, recadastramento dos estabelecimentos públicos e privados do Estado. Construção, ampliação, recuperação e equipamentos das escolas e estratégias que garantam o acesso a escolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação permanente, sistematizada e organizada dos profissionais de educação, através de reuniões, encontros, seminários, treinamentos e capacitação perfazem um total de 43.965 beneficiados (Quadro 4). - Ampliação do parque escolar, através das ações de construção (3), e recuperação de (30) escolas públicas (Quadro 6). - Ampliação da matrícula em 97, correspondente a 12,3% sobre 1996, no Ceará. - Expansão da matrícula do ensino médio com a oferta de 5.400 novas vagas, através da construção de três Liceus Zonais, localizados em Messejana, Barra do Ceará. – Vila Velha e Conjunto Ceará 	<p>Viabilização de estratégias permanentes que contribuam a uma política de desenvolvimento de recursos humanos, visando ao seu crescimento profissional e pessoal de todos servidores da SEDUC.</p> <p>Racionalização dos espaços físicos e reorganização do Parque Escolar.</p>
	<p>6. Racionalização e Modernização do Sistema de Ensino.</p> <p><i>Meta</i></p> <p>Modernização desenvolvimento e implantação dos Sistemas Informatizados de planejamento, acompanhamento e avaliação no âmbito da atuação da SEDUC / CREDE / Escola.</p> <p><i>Ação Programada</i></p> <p>Desenvolvimento e implantação de sistemas informatizadas de administração, informações educacionais e gerenciais abrangendo a SEDE da SEDUC, os Órgãos Regionais, as Unidades Escolares e o município. Incluir, também o redimensionamento dos Organismos Regionais de Educação e custeio da SEDUC. Apoio a instância central e ao CEC para garantia do planejamento educacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Macroplanejamento do Sistema Estadual de Educação (Reestruturação da Secretaria da Educação Básica). - Acompanhamento e Apoio à implantação dos sistemas, informatizados desenvolvidos pelo CETREDE (Parque de Desenvolvimento Tecnológico do Ceará): Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIG); Sistema Orçamentário e Financeiros, Sistema de Rede Física, Sistema de Compras e Materiais e Biblioteca. 	<p>Otimização do gerenciamento do Sistema Educacional.</p>

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
3. EDUCAÇÃO PARA TODOS Meta Mobilização dos municípios e representantes da sociedade em prol da redução dos índices de analfabetismo de 07 a 17 anos, assegurando o ingresso no ensino fundamental. Fortalecimento dos demais graus e modalidades de ensino	8. Tempo de Ler Meta Viabilização de uma política de acesso escolar às crianças e adolescentes, desenvolvendo uma ação pedagógica de alfabetização intensiva. Ação Programada Ação emergencial de alfabetização para crianças e adolescentes analfabetos. O projeto supõe capacitação, remuneração de alfabetizadores, acompanhamento pedagógico, kit, para aluno e professor, atualização do Censo Educacional Comunitário e consultoria na área. 9. Tempo de Avançar meta Desenvolvimento de uma política de sucesso escolar as crianças e adolescentes, tendo como consequência uma ação pedagógica iniciada com a alfabetização na continuidade ao processo de escolarização. Ação Programada Ação de avanço progressivo no saber sistematizado da leitura e da escrita e dos cálculos matemáticos, sem preocupação com a seriação. Supõe uma aceleração da aprendizagem, onde o aluno aprende de acordo com o seu próprio ritmo.	- O projeto atendeu a 8.946, crianças e adolescentes de 58 municípios. - Inicialmente implementada em 1996, 141 classes de aceleração nos municípios de Aracati, Aratuba, Guaraciaba do Norte e Poraanga, beneficiando 3.703 alunos. Atualmente, a SEDUC em parceria com Instituto Ayrton Sena, implantou em mais 02 municípios Sobral e Pereiro de classes de aceleração beneficiando 500 alunos de 18 escolas públicas. Expansão e fortalecimento do Projeto Tempo de Avançar com orientação para levantamento pelos Diretores Adjuntos / Professores, Coordenadores de Ensino dos 21 CREDE dos de 1ª a 4ª série, com defasagem de aprendizagem / distorção idade-série. Revitalização da vida escolar, através de ações intersetoriais com o envolvimento comunitário, através do "Projeto Escola Viva" (em 51 escolas da Capital e 9 escolas no interior) Colônia de Férias em 23 escolas, atendendo a 8.042 alunos e 120 professores. Dinamização da linguagem da informática na ação curricular em 24 escolas, através da implantação e uso de laboratórios de informática, atendendo a 24.000 alunos.	Expansão das oportunidades educacionais de modo a atender a população analfabeta e fora da escola na faixa de 11 a 14 anos, dos 184 municípios. Continuidade de estudos para os alunos egressos do Tempo de Ler em todos os municípios envolvidos no projeto. Expansão de Classes de Aceleração que asseguram a correção do fluxo escolar em todo o Estado. Universalização do Escola Viva.

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
3. EDUCAÇÃO PARA TODOS	9. Tempo de Avançar	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao desenvolvimento do tema transversal "Educação Sexual" em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (SESA), beneficiando 2.150 alunos de 21 escolas. - Melhoria das condições de desenvolvimento das práticas de Educação com distribuição de 30 kits esportivos, beneficiando 31.500 alunos, doados pela FADEC. - Implantação e implementação em 15 escolas do Esporte Educacional nos CAIC (Centro Integral de Apoio a Criança e o Adolescente) e nos CERE (Centro de Referência) através da cooperação técnica, em parceria com os CREDE (Centro Regional de Desenvolvimento da Educação). - Realização em 05 escolas de oficinas na área de Canto, Coral e Teatro, beneficiando 3.000 alunos. - Realização de 03 Seminários Regionais de sensibilização ao Projeto Escola Viva, beneficiando 20 escolas. - Participação na comemoração do 2º Ano Escola Viva. - Dinamização do currículo em 20 escolas com a realização de oficinas. 	Implementação do Projeto de Informática nas Escolas Públicas.
	<p>10. Tempo de Conviver</p> <p>Meta</p> <p>Implantação de programas que estimulam a organização da escola como espaço de socialização de lazer e de produção cultural.</p> <p>Ação Programada</p> <p>Intervenções diversas visando a instaurar uma pedagogia do sucesso. Compreende também a implantação da informática educativa e de alternativas que garantam a permanência do aluno na escola, inclusive os Centros Educacionais de Tecnologia, Artes, Linguagem e Ciências – CETALC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Plano de Informática na Educação em convênio com o Instituto / INSOFT para 124 professores de 28 municípios. - Instalação de laboratório de informática em 50 escolas públicas da Capital. - Reuniões de preparação para implantação do Projeto de Informática nas Escolas Públicas, envolvendo 500 escolas da rede estadual e municipal. - 40 professores beneficiados com Curso de Especialização em Informática Educativa. 	

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
3. EDUCAÇÃO PARA TODOS	<p>11. Desenvolvimento da Educação Infantil</p> <p>Ação Programada</p> <p>Atendendo à criança na faixa etária de 5 e 6 anos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da ação da Comissão Interinstitucional da Educação Infantil, apoiando o processo de mobilização da sociedade pelo desenvolvimento da Política Estadual desse nível de educação, envolvendo 83 municípios. - Realização do Seminário Regional de Educação Infantil / NE com instalação do Fórum Regional de Educação Infantil / NE com 30 participantes 	<p>Sensibilização de todos prefeitos municipais para implantação de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.</p> <p>Sensibilização dos Secretários Estaduais da Região Nordeste, no sentido da compreensão da Educação Infantil como nível de ensino e parte da política de Educação de cada estado.</p>
	<p>12. Desenvolvimento do Ensino Médio.</p> <p>Ação Programada</p> <p>Atendimento à formação integral do adolescente, proporcionando-lhe a continuação dos estudos, em grau superior ou habilitando-o a uma profissão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão e fortalecimento dos Projetos Pró-Leitura e Pró-Matemática decorrente do Programa de Cooperação Brasil/França, contribuindo para melhoria do Curso de Magistério para Ensino Fundamental / séries iniciais, ampliando-os para 09 escolas. - Criação de 04 Núcleos de Estudos Regionais em Ciências e Tecnologias Aplicadas a Área Rural. - Planejamento da execução e orçamento das atividades dos 3 CVTP (Centro Vocacionais Tecnológicos e Pedagógicos dos municípios Icapui, Marco e Maranguape que incluem além dos cursos de matemática do Pró-Ciências, Cursos de Informática e Cursos Profissionalizantes de pequena duração. - Seleção de 800 alunos da 3ª série do Ensino Médio de 04 municípios para participarem do Curso de Informática referente ao Projeto Pró-Ciências. 	<p>Elaboração da Política Estadual do Ensino Médio e sua implementação em todo o Estado.</p> <p>Implantação em todos os CREDE de Centros que incorporam a filosofia dos CVTP</p>
	<p>13. Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Ação Programada</p> <p>Atendimento a uma clientela fora da faixa etária de escolarização regular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do Programa de Educação Básica, nas séries iniciais do Ensino Fundamental em Classes de Aceleração e nos cursos de 5ª a 8ª séries / Ensino Médio, oferecidos por: - 406 escolas em 07 municípios contemplando 42.633 alunos - 93 Núcleos e 05 Centros de Ensino, contemplando 32.704 alunos 	<p>Redução da taxa de analfabetismo.</p> <p>Favorecimento de níveis mais elevados da escolaridade.</p> <p>Capacitação da população favorecendo acesso a demanda não atendida no Ensino Fundamental e Médio, aos programas de Educação de Jovens e Adultos.</p>

VERTENTE	PROJETO	CONQUISTA	DESAFIO
3. EDUCAÇÃO PARA TODOS		<ul style="list-style-type: none"> - Exames Supletivos de Educação Geral em nível de 1º e 2º graus e de Suplência Profissionalizante. - Atendimento 1º e 2º graus - 5.402 candidatos; de Profissionalizante - 2.115 candidatos e Prova Prática - 251 candidatos. - Habilitação de 12.369 professores não titulados. (com acréscimo de 361 % em relação ao ano de 96). 	
	<p>14. Desenvolvimento da Educação Especial.</p> <p>Ação Programada</p> <p>Atendimento à educação do excepcional, ajustando-o ao sistema geral de ensino para sua integração na comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento e acompanhamento a 3.589 portadores de necessidades especiais. - Inclusão de 208 alunos em turmas do "ensino regular". - Elaboração da versão preliminar da Política Estadual de Educação Especial 	<p>Disponibilidade de recursos humanos e condições materiais e financeiros para implementação da Política elaborada, em todo o estado.</p> <p>Implantação dos Núcleos de atendimento (com Professores Itinerantes e salas de Apoio com Professores Especializados)</p>

O trabalho desenvolvido pela Secretaria da Educação Básica nos três anos de governo, produziu efeitos nas mudanças padrão de funcionamento da gestão educacional.

As inovações na gestão podem traduzir-se através de mecanismos distintos já implementados no Estado do Ceará, tais como: autonomia financeira, gestão compartilhada, mecanismos participativos de escolhas de dirigentes, constituição dos conselhos escolares e outras iniciativas.

A lição de experiência aprendida com a gestão do sistema estadual para efetivação da Proposta Educativa: **Todos pela Educação de Qualidade para Todos** – diz respeito à constatação de que se colocar a escola como ponto de partida das políticas educativas, requer o esforço deliberado de compartilhar com os mais diversos atores sociais em busca de soluções conjuntas.

Nesse processo de mudança de paradigma a democratização da gestão culminou no aumento do poder decisório com amplo envolvimento da comunidade educativa, superando o centralismo das decisões no interior das instituições, permitindo demonstrar através da prática vivenciada que “**gestão democrática se aprende fazendo**”.

Embora na proposta **Todos pela Educação de Qualidade para Todos**, haja exemplos de que iniciativas já colocadas em prática tenham contribuído para conquistar em parte os grandes desafios, se tem consciência que mediante esses avanços há muito ainda que caminhar rumo a uma **Educação de Qualidade**. Para isso mobilizar é um processo constante, com a cooperação de todos que é indispensável nesse cenário.

Autonomia e descentralização são condições essenciais para que a escola dê um salto qualitativo. A descentralização é um exemplo de mudança nas regras do jogo e a democratização da gestão é um passo importante nesse sentido. É uma tendência que certamente irá se consolidar uma vez que a outra face da autonomia da escola é seu compromisso com a população que serve.

É inegável que o Ceará continua a enfrentar sérios desafios relacionados com acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola. Porém esse novo modelo gerencial em que a Secretaria da Educação Básica vem desenvolvendo numa articulação em torno dois eixos de trabalho: no nível educacional (descentralização administrativa e democratização da gestão escolar) e em nível de processo societário (mobilização de sujeitos sociais), aponta caminhos para a equalização de oportunidades educacionais para todos os cidadãos cearenses numa perspectiva promissora no cenário educacional do Ceará.

ANEXOS

QUADRO 1

ESTADO DO CEARÁ
REDE ESTADUAL
MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO
1996/97

TIPO DE ENSINO		1996	1997	ABS	%
MATRÍCULA INICIAL					
EDUCAÇÃO INFANTIL		33177	25760	-7417	-22,4
ENSINO FUNDAMENTAL		526322	535209	8887	1,7
ENSINO MÉDIO		87943	107967	20024	22,8
EDUCAÇÃO ESPECIAL		2146	2370	224	10,4
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		49088	62991	13903	28,3
TOTAL		698676	734297	35621	5,1

FONTE: SEDUC/CPE/CENTRAL DE DADOS

QUADRO 2

ESTADO DO CEARÁ COMPARATIVO DE MATRÍCULA INICIAL, POR GRAU E MODALIDADE DE ENSINO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 1996/97

GRAU OU MODALIDADE DE ENSINO	ANO	MATRÍCULA INICIAL				
		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
EDUCAÇÃO INFANTIL	1996	475828	42	33177	281566	161043
	1997	460196	233	25760	288009	146194
ENSINO FUNDAMENTAL	1996	1641289		526322	807507	307460
	1997	1746108		535209	964301	246598
ENSINO MÉDIO	1996	174704	3676	87943	22316	60769
	1997	201619	6936	107967	27514	59202
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1996	5346		2146	408	2792
	1997	7578		2370	2261	2947
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1996	72354		49088	15655	7611
	1997	104188		62991	33606	7591
TOTAL GERAL	1996	2369521	3718	698676	1127452	539675
	1997	2519689	7169	734297	1315691	462532

FONTE: SEDUC/CPPE/CENTRAL DE DADOS

QUADRO 3

ESTADO DO CEARÁ

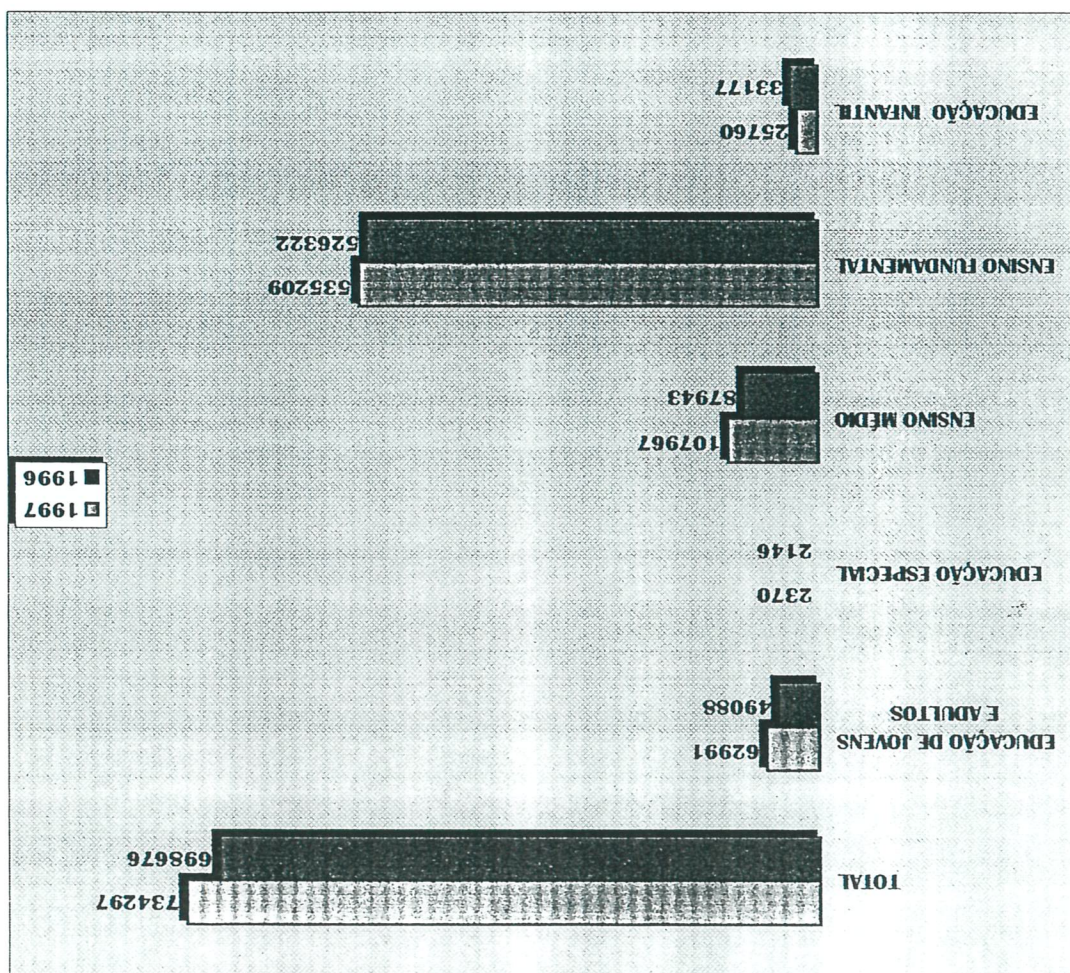
**MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO,
SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
1996/97**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA INICIAL (1996)					EDUCAÇÃO ESPECIAL
	TOTAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
FEDERAL	3718	42		3676	-	
ESTADUAL	698676	33177	526322	87943	49088	2146
MUNICIPAL	1127452	281566	807507	22316	15655	408
PARTICULAR	539675	161043	307460	60769	7611	2792
TOTAL	2369521	475828	1641289	174704	72354	5346

1997						
FEDERAL	7169	233		6936		
ESTADUAL	734297	25760	535209	107967	62991	2370
MUNICIPAL	1315691	288009	964301	27514	33606	2261
PARTICULAR	462532	146194	246598	59202	7591	2947
TOTAL	2519689	460196	1746108	201619	104188	7578
VARIAÇÃO %	6,3	-3,3	6,4	15,4	44,0	41,8

FONTE: SEDUC/CPPE/CENTRAL DE DADOS

ESTADO DO CEARÁ
REDE ESTADUAL
MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO
1996/97



QUADRO 4

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS 1997

EVENTO	PARTICIPANTE	QUANTIDADE	MUNICÍPIO
Reunião			
- GT Ampliado	Diretores	53	Fortaleza
- Projeto Educ	Técnicos	16	Fortaleza
- Pró – Leitura	Professores	41	Fortaleza
- Projeto Criança fora da rua dentro da escola (CASE/97	Técnicos	53	Fortaleza
- CREDE 1º e 21/SEDUC	Diretores	101	Maracanaú e Fortaleza
- Unidades Escolares/SEDUC	Diretores	31	Fortaleza
- CREDE/PCE	Diretores	23	Itapipoca, Acarau, Camocim, Sobral, Quixadá, Crateús, Tauá e Fortaleza
Encontro			
- Dirigentes dos CREDES (Planejamento e Reorganização)	Diretores e Técnicos	45	21 CREDE
- Professores de 1ª a 4ª série – 1º Ciclo	Professores	1.681	Fortaleza
- Comissão Interestadual/SEDUC/UNICEF	Professores	67	Fortaleza
- Dirigentes Escolares – Ensino Médio/21 CREDE	Diretores	79	Fortaleza
- Dirigentes do Projeto Escola	Diretores	87	Fortaleza
- Professores do Pró – Matemática	Professores	31	Maracanaú, Russas, Limoeiro, Quixadá, Crateús, Crato, Fortaleza
- Alfabetizadores dos Projeto Tempo de Aprender	Alfabetizadores	30	Juazeiro
- Projeto Escola Viva	Técnicos e Professores	105	Fortaleza
- Projeto Tempo de Aprender	Técnicos e Professores	23	Fortaleza
- Planejamento do Telensino	Técnicos	20	Fortaleza
- Programa do 1º ciclo	Professor/Técnicos	750	Fortaleza
- Programa do 2º Ciclo	Professor/Técnico	478	Fortaleza

EVENTO	PARTICIPANTE	QUANTIDADE	MUNICÍPIO
Seminário			
- Elaboração do Plano do CREDE	Professores	60	Russas
- Criança e Adolescente em Situação de risco	Professores	50	Fortaleza
- Educação Ambiental SEDUC/Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional (CDE)	Técnicos	113	Fortaleza
- Preparação do Treinamento do Programa de Aceleração de Jovens e Adultos	Professores	35	Acarau, Baturité, Canindé, Crato, Fortaleza, Itapipoca, Iguatu, Juazeiro do Norte, Jaguaribe, Senador Pompeu e Tianguá
- Planejamento para capacitação dos MEAs (Material ensino aprendizagem)	Técnicos	80	11 CREDES (52 Municípios)
- Acompanhamento do Pró – Leitura	Professores e Técnicos	22	Crato, Crateús, Quixadá, Russas e Fortaleza
- Sensibilização do Projeto Escola Viva	Técnicos e Professores, Diretores	126	Pacoti e Baturité
Treinamento:			
- Professor Sala de Leitura – Biblioteca – CREDE 21	Professores	211	Fortaleza
- Professores do Programa de Aceleração de Jovens e Adultos – CREDE 21	Professores	1062	112 municípios
- Orientação na implantação do Projeto de Habilitação para professores não titulados	Orientadores e técnicos	278	99 municípios
Capacitação			
- Diretores e Coordenadores do Telensino	Diretores	194	Fortaleza
- Professores de Língua Portuguesa dos CVTP – Centros Vocacionais Técnicos Pedagógicos	Professores	303	CREDE 1, 3, 10 e 21
- Professores em Língua Portuguesa	Professores	38	Fortaleza
- Professores – Projeto Tempo de Ler	Professores	70	Fortaleza, Santana do Acarau
- Recursos Humanos dos 21 CREDE	Professores	1.048	116 municípios
- Orientadores do Telensino 2.000	Orientadores	91	42 municípios
- Professores de 1ª série do Ensino Fundamental (Projeto Nordeste)	Professores	14.567	184 municípios (21 CREDE)
- Curso de Formação/Orientadores de Aprendizagem	Orientadores	1.169	112 municípios
- Curso de Habilitação para Secretários	Secretários	38	Fortaleza

EVENTO	PARTICIPANTE	QUANTIDADE	MUNICÍPIO
- Equipe do CREDE	Diretores e Técnicos	197	21 CREDE
- Curso de Especialização para Dirigentes Escolares	Diretores	122	67 municípios
- Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental na utilização dos MEAs (Material Ensino Aprendizagem)	Professores	2980	56 municípios
- Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (FNDE)	Professores	70	Sobral
- Série TV Escola	Professores	370	Itapipoca, Tianguá, Poranga, Tauá, Fortaleza, Ibicuitinga, Morada Nova, Dep. Irapuan Pinheiro, Iguatu, Quixadá, Santana do Acaraú
- Capacitação em Gramática Contextualizadas e Ortografia (Oficinas pedagógicas)	Professores	1.898	Fortaleza
- Curso de Estudos Sociais, Ciências, Artes e Educação – Oficina Pedagógica	Professores	59	Maracanau, Acaraú, Tianguá, Sobral, Iguatu, Russas, Fortaleza, Itapipoca, Horizonte, Jaguaribe
- Curso para Dirigentes de Órgãos Regionais – CREDE 21 – Fortaleza	Professores	23	Fortaleza
- Curso de Alfabetização para técnicos SEDUC/CREDE e Secretários das UEs	Técnicos	31	Maracanau, Amontada, Itapipoca, Camocim, Urucá, Canindé, Baturité, Cascavel, Horizonte, Russas, Itaipaba, Jaguaribe, Brejo Santo, Fortaleza
- Curso Introdução a Rede na Escola	Professores	30	Fortaleza
- Curso de Relações Interpessoais para os Recursos Humanos de Educação de Jovens e Adultos	Técnicos e professores	62	Limoeiro do Norte
- Habilitação de professores não titulados	Professores	12.369	184 municípios
- Professores de matemática e Ciências dos CVTP	Professores	186	23 municípios
- Programa de capacitação "Um Salto para o Futuro"	Professores	1.690	41 municípios
TOTAL	Profissionais de Educação	43.356	

Fonte: Núcleo de Formação Inicial e Continuada do Educador

QUADRO 5
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Concurso Único para o Magistério Público
Candidatos Inscritos por CREDE
1997

CREDES	Rede Estadual	Rede Municipal	Total
01. Maracanaú	361	3.384	3745
02. Itapipoca	371	1.457	1.828
03. Acaraú	158	419	577
04. Camocim	106	931	1.037
05. Tianguá	249	1.242	1.491
06. Sobral	1.174	1.249	2.423
07. Canindé	135	479	614
08. Batufilé	95	1.140	1.235
09. Horizonte	80	741	821
10. Russas	627	2.190	2.817
11. Jaguaribe	114	568	682
12. Quixadá	172	1.187	1.359
13. Cratêus	348	-	348
14. Senador Pompeu	39	68	107
15. Tauá	55	502	557
16. Iguatu	208	1.345	1.553
17. Icó	499	752	1.251
18. Crato	460	2.866	3.326
19. Juazeiro do Norte	762	702	1.464
20. Brejo Santo	470	1.943	2.413
21. Fortaleza	7.100	8.500	15.600
TOTAL	13.586	31.665	45.248
Candidatos por vaga	3,09	1,33	1,60
Vagas do Concurso	4.401	23.842	28.243

FONTE: Comissão Executiva do Concurso Público Único

QUADRO 6
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
REDE FÍSICA ESCOLAR
1997

ESPECIFICAÇÃO	REDE ESTADUAL				REDE MUNICIPAL				TOTAL		ALUNOS
	ESCOLA		SALA		ESCOLA		SALA		ESCOLA	SALA	
	PN	QE	PN	QE	PN	QE	PN	QE			
CONSTRUÇÃO	03 Escolas no total de 22 novas salas de aula todas em fase de conclusão	01	22	8	-	-	-	-	4	30	2.640
AMPLIAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECUPERAÇÃO	20 Escolas concluídas e 19 escolas em fase de conclusão	-	576	10	Escolas concluídas e 02 escolas em fase de conclusão	-	120	30	686	69.120	
QUADRAS	-	22	-	-	-	-	-	-	-	25.129	

FONTE: Projetos Especiais e Núcleo de Suporte à Administração Escolar

NOTA: Fontes Financiadoras

PN (Projeto Nordeste)

QE. (Quota Estadual)

QUADRO 7
CENTROS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO
ESTADO DO CEARÁ
ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE CADA CREDE

CREDE 1	<p>AQUIRAZ CAUCAIA EUSEBIO GUAIBUA ITAINGA MARACANAÚ MARANGUAPÉ PACATUBA</p>	<p>AMONTADA APUIARÉS ITAPAJÉ ITAPIPOCA MIRAIMA PARACURU PARAIPABA PENTECOSTE S.G. DO AMARANTE S. LUIS DO CURU TEJUSSUOCA TRAIRI TURURU UMIRIM URUBURETAMA</p>	<p>ACARAÚ BELA CRUZ CRUZ ITAREMA J. DE JERICOCOARA MARCO MORRINHOS</p>	<p>BARROQUINHA CAMOCIM CHAVAL GRANJA MARTINÓPOLE URUOCA</p>	<p>CARNUBAL CROATÁ GUARACIABA DO NORTE IBIAPINA IPU SÃO BENEDITO TIANGUA UBAJARA VICOSA DO CEARÁ</p>
CREDE 2					
CREDE 3					
CREDE 4					
CREDE 5					

CREDE 6	<p>ALCANTARA CARIRÉ CARIDADE GENERAL SAMPAIO ITATIRA PARAMOTI SANTA QUITÉRIA</p>	<p>ACARAPÉ ARACOIABA ARATUBA BARREIRA BATURITÉ CAPISTRANO GUARAMIRANGA</p>	<p>BEBERIBE CASCAVEL CHOROZINHO HORIZONTE PACAUSS PINDORETAMA</p>	<p>ALTO SANTO ARACATI FORTIM ICAPUI ITAÇABA JAGUARUANA LIMOEIRO DO NORTE MORADA NOVA PALHANO QUIXERÊ RUSSAS S.J. DO JAGUARIBE TABULEIRO DO NORTE</p>	CREDE 10
CREDE 7					
CREDE 8					
CREDE 9					
CREDE 10					

NOTA: A área de abrangência de cada CREDE fundamenta-se na Lei Complementar nº 03 de 26 de junho de 1995 que instituiu a Regionalização do Estado do Ceará, DOE de 27/06/1995.

G:\CP\WORLDIA_CREDE

FORTALEZA
CREDE 21

CREDE 16	ACOPIARA CARIUS CATARINA <i>IGUATU</i> JUCÁS ORÓS QUIXELÔ	BAIXIO CEDRO <i>ICÔ</i> IAPUMIRIM L. DA MANGABEIRA UMARI VÁRZEA ALEGRE	ALTANEIRA ANTONINA DO NORTE ARARIPE ASSARÊ CAMPOS SALES <i>CRATO</i> NOVA OLINDA POTENGI SABOEIRO SALTIRE SANTANA DO CARIRI TARRAFAS	BARBALHA CARIRIAÇU FARIAS BRITO <i>JUAZEIRO DO NORTE</i> GRANJEIRO JARDIM	ABAÍARA AURORA BARRO <i>BREJO SANTO</i> JATI MAURITI MISSÃO VELHA MILAGRES PENNA FORTE PORTEIRAS
CREDE 17	CREDE 18	CREDE 19	CREDE 20		

CREDE 11	ERERÊ IRACEMA JAGUARETAMA JAGUARIBARA JAGUARIBE PEREIRO POTIRETAMA	BANABUIU BOA VIAGEM CHORÔ IBARETAMA IBICUITINGA MADALENA QUIXADÁ QUIXERAMOBIM	ARARENDÁ CATUNDA CRATEUS INDEPENDÊNCIA IPAPORANGA IPUEIRAS MONS. TABOSA NOVA RUSSAS NOVO ORIENTE PORANGA TAMBORIL	DEP. IRAPUAN PINHEIRO MILHÃ MOMBAÇA PEDRA BRANCA PIQUET CARNEIRO SENADOR POMPEU SOLONÓPOLE	AIUBA ARNEIROZ PARAMBU QUITERIANÓPOLIS TAUA
CREDE 12	CREDE 13	CREDE 14	CREDE 15		

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

FONTE:

CEARÁ: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza, 1995

CEARÁ – SEDUC, A Educação Básica na Reforma do Estado. Fortaleza, 1996

NASPOLINI, Antenor. Educação Básica no Ceará: Constatções e perspectivas. Fortaleza,

1996

CEARÁ, SEDUC. Subsídios para Elaboração do Plano Estadual de Educação (1997 – 2007), Fortaleza, 1997

SEDUC, Leis Básicas da Educação – Ceará – 1997

SEDUC – Relatórios Trimestrais de Acompanhamento as Ações da Secretaria da Educação Básica – Fortaleza, 1997